

**Estado do Piauí**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**Gabinete Dep. Est. Gessivaldo Isaías – PRB**


**LIDO NO EXPEDIENTE**

**PROJETO DE LEI Nº 60 DE**

**DE 2014**

Em, 27/05/2014

**RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A  
ASSOCIAÇÃO CDM – CENTRO DÉBORA  
MESQUITA.**

  
1º Secretário

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ **faço** saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º-** Fica reconhecida como Entidade de Utilidade Pública a Associação CDM – Centro Débora Mesquita.

**Art. 2º** - A Associação CDM – Centro Débora Mesquita, constituída por Assembléia Geral realizada em 28 de abril de 2013, é uma associação de fins não econômicos, com prazo de duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Jacob Martins, nº 791, bairro Parque São João, CEP: 64020-110, município de Teresina, Estado do Piauí.

**Art. 3º** - A Entidade, de que trata o artigo anterior, ficam assegurados os direitos e as vantagens da Legislação em vigor.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, Sala das sessões, 28 de maio de 2014**

  
**Gessivaldo Isaías**  
Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA

A **Associação CDM – Centro Débora Mesquita**, é uma Associação de interesse público, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem objetivo de lucro, de natureza assistencial, devidamente regularizada, com inscrição CNPJ Nº 15.398.583/0001-28.

A CDM tem como finalidade principal ações de caráter filantrópico e de assistência social, voltadas para o alcance dos seguintes objetivos sociais:

I – Apoiar igrejas, instituições religiosas, instituições privadas e públicas no esclarecimento sobre depressão e transtornos psíquicos;

II – Fornecer informações à sociedade sobre depressão e transtornos psíquicos através de um site interativo e materiais explicativos;

III – Proporcionar às entidades citadas no inciso I deste artigo, palestras expositivas de caráter educativo.

Para a realização destes objetivos, a CDM poderá realizar bazares, feiras, bem como celebrar convênios, contratos, acordos e termos de parceria com empresas privadas, empresas públicas e de economia mista, bem como com órgãos públicos, organizações, fundações, entidade de classe, outras associações e instituições financeiras públicas ou privadas, desde que o pacto não implique em subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com os objetos da Associação, nem arrisque sua independência.